



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg >> deniserothenburg.df@dabr.com.br



Imagens para a campanha

A equipe do presidente Jair Bolsonaro vai guardar todas as imagens da chegada de vacinas para contrapor àquelas em que o capitão dizia que o imunizante chinês não seria comprado.

Guerra de narrativas

O governo acredita que essas imagens e o incansável exército de Bolsonaro nas redes sociais serão mais do que suficientes para fazer valer a versão de que o governo sempre apostou nos imunizantes. Inclusive para o discurso governista na CPI.

Cimento a preço de banana?

Estudo do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) aponta que, apesar do aumento no preço das commodities, em especial, o petróleo, ter afetado o setor, o valor do produto por aqui ainda é um dos mais baixos do mundo, atrás de Estados Unidos, Canadá, Espanha e de vizinhos como Argentina, Uruguai e Bolívia.

Nem tanto

O levantamento exclui os custos de transporte, que, no Brasil, são muito elevados, o que significa que a infraestrutura logística do país continua a pressionar preços, não só do cimento, mas de vários produtos. Presidente do SNIC, Paulo Camillo Penna lembra que os custos dos insumos vêm sendo pressionados, também, pelo impacto do câmbio nos combustíveis, pelo aumento dos custos logísticos, de peças de reposição, refratários, papel e papelão.



Primeiro round

Ao reservar um dia para ouvir apenas o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, a cúpula da CPI da Covid deixa transparecer que é ali em que o G-7 investirá a fim de saber todos os bastidores sobre o uso da hidroxicloroquina, a não assinatura do contrato com a Pfizer e as alegações dele sobre a tragédia da falta de oxigênio em Manaus. E é bom o ex-ministro se preparar, porque, conforme avaliação de senadores, ele poderá ser convocado novamente, caso os documentos que vão chegar de Manaus indiquem que o governo estadual e/ou municipal pediram ajuda e ficaram a ver navios.

Em tempo: Pazuello, até aqui, não pretende fazer qualquer declaração que prejudique o presidente Jair Bolsonaro ou qualquer outra autoridade palaciana. Aliás, a presença do general, semana passada, num evento em Manaus, foi vista como um sinal de que está tudo bem entre eles. Mas sabe como é: para os depoimentos em CPIs vale a mesma máxima que para esse tipo de comissão, ou seja, todo mundo sabe como começa, mas ninguém sabe como termina.

CURTIDAS

Izalci no ataque/ Dos 50 requerimentos que apresentou à CPI da Covid, o líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), saiu com o que mais desejava. Os pedidos de informações sobre a Operação Falso Negativo, que investigou aplicação e compra dos testes de detecção da covid no Distrito Federal. Há quem diga que é material que vai servir a futuros embates políticos.

Renan na defesa/ O relator da CPI, senador Renan Calheiros, inicialmente, foi contra esses pedidos e também a convocação de governadores e a criação de sub-relatorias. Olhando para Izalci, Renan respondeu: "Quem tem algum problema com o seu governador, não é aqui que vai resolver".

Alento/ A chegada das vacinas da Pfizer no dia em que o Brasil ultrapassou a terrível marca de 400 mil mortes foi um atenuante para o desgaste governamental. Não por acaso, apareceu uma comitiva para receber os imunizantes, inclusive o ministro das Comunicações, Fábio Faria (foto), citado como um provável candidato a vice na chapa presidencial: "Em breve, o país será um dos sete produtores de vacinas contra covid", disse ele, o primeiro dos ministros a se pronunciar durante a chegada das doses.



Carlos Vieira/CB/D.A. Press

Ex-ministro nos bastidores/ A CPI não viverá só de ex-ministros da Saúde convocados a prestar depoimento. Nos bastidores, assessorando o PT, está o ex-ministro Arthur Chioro, que atuou ali no governo da presidente Dilma Rousseff, antes de a então mandatária se ver obrigada a entregar o cargo para o MDB.

PODER / De acordo com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros, a presidência da Casa e o Executivo decidiram que a proposta será avaliada em quatro partes, começando pelo projeto que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços

Tributária deve ser fatiada

» ISRAEL MEDEIROS

Com a instalação da CPI da Covid, que investigará ações e omissões do governo na pandemia, o Planalto corre para tentar emplacar uma agenda positiva. O objetivo é acelerar as reformas tributária e administrativa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende fatiar a tributária em quatro, com dois textos que tramitariam na Casa e dois do Senado — onde o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG), outro aliado do Executivo, deve contribuir para aprovar o projeto.

A ideia, como Lira afirmou nesta semana, é construir um caminho para a aprovação começando pelos pontos de consenso. Por isso, outros projetos que são alvo de discórdia entre parlamentares devem ser deixados de lado. A articulação se concentrará na PEC 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e relatada por Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O relator tem até segunda-feira para apresentar o parecer.

A intenção do Ministério da Economia em acordo com a presidência da Câmara, de fatiar a reforma tributária, foi confirmada pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Casa. Ele disse que a simplificação de tributos deve ser o primeiro passo, por isso o Executivo pretende iniciar a discussão pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que é a fusão do PIS/Cofins. "Vamos começar pela simplificação tributária. Depois, vamos avançar na direção de organizarmos um sistema tributário mais fácil para o contribuinte, portanto mais simples, que custe menos para pagar corretamente os impostos — hoje, temos um exército de funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as

tributárias — e também uma tributação mais justa", frisou.

Ele também ressaltou que a PEC da reforma administrativa (32/2020), voltada a alterar as regras de estabilidade dos servidores, deve ser votada em maio, com o fim das audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcado para o dia 14. "A máquina brasileira custa 14% do Produto Interno Bruto. A média na comunidade europeia é de 9%, e no Japão, 5%. Então, quem sabe daqui a 30 anos nós possamos ter uma máquina eficiente, comprometida com a qualidade do serviço público, com meritocracia para aqueles que se dedicam", destacou.

Em audiência da CCJ, ontem, Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, também citou que o Brasil tem um dos modelos públicos mais caros do mundo. A porcentagem exata, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria, publicado no ano passado, é de 13,4% do PIB gastos com salários de servidores ativos e inativos.

O argumento de que a proposta ataca privilégios e acaba com o inchaço do funcionalismo público, como argumentam os defensores do projeto, foi duramente criticado por deputados de oposição. Para Fernanda Melchionna (PSol-RS), o fim da estabilidade de carreira em algumas áreas pode permitir que órgãos públicos virem cabide de emprego, pois autoridades poderiam indicar e demitir servidores com liberdade.

"Essa proposta não acaba com privilégios, ela os aumenta, gera cabides de emprego no serviço público", disse. E continuou: "Alguém que não tem estabilidade, que não integra o Estado, depois ter uma avaliação negativa e sair

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Ricardo Barros disse, também, que a PEC da reforma administrativa deve ser votada na Casa em maio

» Saiba mais

Propostas

A PEC 45, que tramita na Câmara, prevê a fusão de IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Já a proposta que está com os senadores, PEC 110, une IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

dos quadros, pode levar uma série de dados ou ser captado para corrupção. Nós estamos vendo uma barbaridade por parte do governo que faz um discurso vago, ideológico,

demaagógico. Mentira que é para atacar privilégios, quando, na verdade, não faz isso. Nem Juízes, magistrados e militares estão aqui (na proposta)", disparou.

Defensor da agenda de reformas, Kim Kataguirí (DEM-SP) também falou contra o projeto, ao ressaltar que o texto não acaba com as elevadas remunerações de juízes e parlamentares, por exemplo. "O país gasta mais de R\$ 20 bilhões por ano com supersalários. É um valor, trazendo para a nossa realidade de pandemia, que poderia possibilitar a aquisição de 370 milhões de doses da CoronaVac", sustentou. "Para mim, que defendo uma reforma estrutural no Estado brasileiro, essa é uma reforma que não me serve."

Bolsonaro aguarda PRTB

O presidente Jair Bolsonaro aguarda uma resposta da família de Levy Fidelix para saber se vai se filiar ao PRTB. A negociação tem sido conduzida pelos filhos do fundador da legenda após a morte dele, dia 23. O fator que pode determinar uma futura filiação é a disposição da sigla de dar carta branca ao chefe do Planalto para alterar o comando de diretórios estaduais e ter peso nas decisões da Executiva Nacional.

"Ele (Fidelix) tinha suas posições, era um conservador, era uma pessoa muito parecida comigo nos seus posicionamentos", disse Bolsonaro, em live ontem à noite. Recentemente, o presidente afirmou que procurava uma legenda para ser "dono". No caso do PRTB, auxiliares avaliam que não faria sentido ele entrar em uma sigla nanica e não ter o controle interno.

Na terça-feira, Bolsonaro recebeu os três filhos de Fidelix. Levy Filho, Karina e Lívia estiveram no Palácio da Alvorada em uma reunião com a presença de Karina Kufa e Admar Gonzaga, advogados eleitorais do presidente. Levy Filho, secretário-geral do PRTB, é o principal entusiasta da ideia de filiar Bolsonaro e se dispôs a dar total autonomia a ele. Mas Karina Fidelix resiste. Ela tem pretensões de assumir, com o marido, Rodrigo Tavares, presidente do PRTB-SP, o comando da legenda. Os irmãos decidiram que vão debater o assunto e que a resposta final será dada por Aldineia, viúva de Fidelix e atual presidente do partido.